

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO II – Nº 6 – MAIO DE 2013

EDITORIAL

A UFG em novos tempos

O **JP**, nesta edição, aborda três assuntos que estão em discussão em algumas unidades, e que, de certa maneira, refletem os anseios da comunidade acadêmica. Como canal de ligação entre professores, publicamos essas discussões que poderão servir de subsídio para os próximos gestores da UFG.

A questão do uso e gestão dos laboratórios de pesquisa e prática de ensino é uma das preocupações dos nossos professores que, neste momento, executam soluções isoladas em suas unidades. A demanda dos professores é simples: como rentabilizar a utilização dos laboratórios e a sua pronta manutenção em caso de avaria. Abordando o assunto em algumas unidades foi possível saber que as dúvidas são as mesmas, porém, cada unidade aplica medidas locais, por não haver uma política de gestão dos laboratórios para toda instituição.

O debate sobre a universidade que queremos começa a tomar corpo. Os professores Leandro Gonçalves (ICB) e Fausto Miziara (FCS) oferecem uma análise do nosso cotidiano a partir das reformas realizadas pelo MEC nos anos 60. Abordam os modelos em vigor em nossas universidades, financiamento e o seu funcionamento. Apontam riscos de modelos defasados que podem gerar formas fragmentadas da compreensão da gestão acadêmica.

Os professores Alex Ratts (Iesa) e Roberto Lima (FCS) debatem um tema que de certa maneira ainda é tabu nas discussões de colegiados: as cotas de negros e de estudantes do ensino público na universidade pública. Expõem a preocupação de que parcelas significativas dos cotistas podem abandonar a universidade por falta de uma política de permanência sólida.

O debate está lançado. Aos professores que sentirem necessidade de debater esses assuntos ou outros, o **JP** é o seu lugar de reflexão acadêmica. Esta é a nossa função, servir de veículo de ligação e debate entre os professores da UFG. Caminhando juntos.

Universidade que se quer

Macloys Aquino



Leandro Gonçalves e Fausto Miziara: necessidade de rearranjo interdisciplinar

Frederico Oliveira



Alex Ratts e Roberto Lima: universidade não acompanha alunos cotistas

Leandro Gonçalves e Fausto Miziara falam de uma UFG fragmentada, com dificuldades para gerir informações, e apontam a necessidade de modelo que prime pela interdisciplinaridade. Alex Ratts e Roberto Lima reconhecem avanços das políticas de cotas, mas denunciam um 'racismo institucional' e a falta de políticas de permanência para estudantes cotistas na universidade

Páginas 6 e 7; 8 e 9

Arquivo Hélio de Oliveira/reprodução



Jucelino Kubitschek (centro), Mauro Borges e Irineu Borges (dir.), em 1962. Abaixo, Irineu abraça a professora Valéria Troncha, ao receber homenagem



Arquivo pessoal

HISTÓRIA

O homem que modernizou Goiás

Aposentado da Escola de Engenharia, Irineu Borges do Nascimento realizou o Plano Mauro Borges **Página 16**

**Goiás:
vocaçã
popular**

Página 12

**Basquete
sobre rodas
em Catalão**

Página 11

**QUE CARREIRA, ORA
BOLAS? **Página 2****

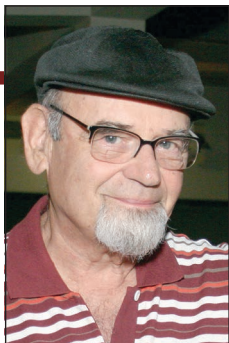
**LIVROS LANÇADOS
EM SÉRIE **Página 15****

Contato com a redação
telefone

(62) 3202-1280

email

jornaldoprofessor@adufg.org.br



Peter Fischer*

Carreira, ora bolas, fala sério!

Li dois textos muito interessantes na última edição do **Jornal do Professor** (um jornal muito bom, recomendo) falando sobre a “carreira” na nossa universidade. Sem entrar no mérito dos “debatentes” para não estragar a delícia da leitura, chamou-me a atenção o calor, a favor ou contra, da nova “carreira docente”.

Afinal, que carreira? Se quiserem chamá-la de escala de vencimentos ou tabela salarial tudo bem, mas carreira nunca. Carreira existe no Exército, no Judiciário, na diplomacia e havia também no magistério superior, antes que o sistema fosse mudado em nome da democracia.

Entendo por carreira o caminho percorrido por um profissional empregado que, através da experiência e aperfeiçoamento/titulação vai galgando postos de responsabilidades cada vez maiores e percebendo salários compatíveis com o seu cargo.

A característica de uma carreira é um caminho cada vez mais estreito que exige cada vez mais competência para que no fim cheguem apenas os melhores (em teoria). É obvio que, em sociedades onde partidarismos e conchavos permeiam os relacionamentos, existem saídas para carreiras mais rápidas e mais exitosas. Entretanto, no caso da “carreira” universitária, o que se vê é apenas um elenco de nomes como auxiliar, assistente,

adjunto, associado e titular sem que nada diferencie suas funções e suas responsabilidades, variando apenas, no fim de cada mês, a retribuição monetária pelo trabalho.

No meu tempo de estudante havia o catedrático como o chefe supremo da disciplina. Era um posto grandioso, inamovível, único. Os adjuntos eram os auxiliares diretos do catedrático, todos livres docentes e responsáveis pelas pesquisas, ensino e extensão quando necessário. Os adjuntos disputavam o lugar do catedrático, pois somente com sua aposentadoria ou morte seria aberto o concurso para o seu lugar. Mesmo o afastamento do catedrático não garantia que um dos adjuntos da casa fosse para o seu lugar, pois o concurso era público e alguém de fora, se melhor, seria o escolhido. Este segundo concurso público na carreira do docente universitário tinha a intenção de garantir o melhor para o lugar mais importante. Os assistentes eram professores já experientes mais voltados ao ensino direto da graduação; cabia-lhes o funcionamento básico da disciplina e o

treinamento dos auxiliares nos trabalhos de ensino e pesquisa. Havia uma hierarquia de atividades e responsabilidades como existe no Exército, na Igreja Católica, na magistratura e na diplomacia.

A hierarquia na universidade já não existe, ninguém sabe a diferença de responsabilidades entre um assistente, um adjunto, um associado ou um titular. A verdade é que nem o chefe do departamento tem autoridade maior, pois é apenas um preposto administrativo como o diretor. Conseguimos transformar o corpo docente numa massa uniforme de eminentes especialistas que, a rigor, só respondem perante si mesmos e diante de um documento onde transformam suas atividades em pontos. O mérito é cartorial, depende de pontos, depende de diplomas, mas pouco tem a ver com proficiência científica ou didática efetivamente comprovada.

Com a nova escala de vencimentos, garantidos os aumentos de 2014 e 2015, as questões se focam em maiores ou menores vantagens pecuniárias para categorias.

Com o novo sistema e a contratação de doutores chegará o momento de termos um corpo docente composto por uma maioria de titulares chegando-se a situação de “ter mais comandantes que comandados”.

Seria impossível imaginar que todo padre ordenado chegasse a papa ou que todo o cadete formado chegasse a general!

Faz-se importante começar a refletir que, além e acima de Proifes e Andes existe uma universidade cuja existência, produção e sobrevivência é nossa responsabilidade.



Maria Alice de Sousa Carvalho Rocha*

“Fiquei 30 anos na universidade e nunca dei uma prova”. E precisava?

A frase entre aspas é do colega Geraldo Faria Campos durante uma entrevista ao **Jornal do Professor**, em fevereiro. Ele recebeu em março uma justa homenagem, o título de professor emérito da UFG. Reconhecimento ao trabalho realizado no Colégio de Aplicação/Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae-UFG) durante mais de 30 anos.

Mas por que destacar esse fragmento, quando existem outros também relevantes? Porque por meio dele podemos colocar em discussão o que realmente importa numa aula de Língua Portuguesa, ou seja, o exercício diário de leitura e escrita, em que se experimenta a riqueza de uma língua, suas infinitas possibilidades. Parece óbvio, não é? Entretanto, não é isso que vemos acontecer na maioria das aulas de nossa língua materna, sob a orientação da política educacional em curso. Aquela em que a prioridade é aumentar os índices avaliativos, sem que o aluno passe pela travessia de trabalhar com a palavra, com todas as implicações aí envolvidas, no sentido mesmo de ser falante. Passagem que ocorre com alegria e dor, com acertos e erros.

O eixo da proposta educacional implementada pelo Ministério da Educação vincula cada vez mais a educação com avaliação, gestão e financiamento, isto é, submete a nossa educação à lógica economicista sob o modelo da produtividade, com a defesa de que é possível ter mais eficácia, leia-se melhores índices. Essa política é estendida aos estados e municípios, por meio de um conjunto de programas sistematizados e bem articulados sob os nomes Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Prova Brasil, Provinha, Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa, Currículo em Movimento, dentre outros. Projetos que incentivam medidas de avaliação, meritocracia e responsabilizam apenas o professor.

Qual o efeito dessa política no ensino? Poderíamos listar muitos, mas optamos por destacar apenas o que implica com o registro do professor Geraldo. São tantas provas a fazer que os alunos estão sem tempo para ler e escrever. Inúmeros conteúdos são lançados, sem um devido tempo de elaboração. Do professor exige-se cumprimento de uma matriz que dificilmente atende às necessidades dos alunos e ao objetivo do ensino de Português. São planos diários e quinzenais, ambos solicitados para conferir o atendimento aos requisitos solicitados nas provas oficiais.

Em artigo recente, os professores João Wanderley Geraldi e Corinta Maria Grisolia Geraldi, da Unicamp, publicado na revista *Inter-Ação*, da Faculdade de Educação da UFG (junho de 2012), ressaltaram a crescente domesticação dos professores via mecanismos avaliativos atuais. Estes tolem os professores, não permitem que exerçam sua função de maneira diferenciada e criativa. Para esses pesquisadores, um objeto de ensino até foi criado para facilitar a realização dos testes: os gêneros discursivos. As crianças atualmente “reconhecem” uma carta, diferenciam uma crônica de uma fábula, mas perguntamos: ela lê e escreve textos, cartas, crônicas, resenhas, por exemplo?

Mas, voltando à afirmação do professor Geraldo: “nunca dei uma prova”. Pelo que sabemos do seu trabalho, precisava de provas? Acredito que não, pois é no exercício com a palavra que se aprende a ler e a escrever. Também é bom não esquecer que problematizar é significativo e que é mesmo simples e saudável indagar. O sucesso da educação formal depende de quais fatores? Como eles devem estar entrelaçados? Que elementos são essenciais para o sucesso da educação? Será que a mera constatação do sucesso de uma instituição educacional corresponde ao sucesso da aprendizagem de cada aluno? Quantas armadilhas estão postas no meio do labirinto equivocadamente tomado como caminho seguro? Não creio que possamos responder a todas essas questões de uma só vez. Mas elas precisam estar presentes no cotidiano do professor, incomodando-o, incitando-o a buscar respostas.

“Conseguimos transformar o corpo docente numa massa uniforme de eminentes especialistas que só respondem perante si mesmos e diante de um documento onde transformam suas atividades em pontos”

“A proposta educacional do MEC vincula cada vez mais a educação com avaliação, gestão e financiamento, submete a nossa educação à lógica economicista sob o modelo da produtividade”

* Professor aposentado da Escola de Veterinária

* Professora do Cepae



Laerte Guimarães Ferreira*

Uma visão pessoal e institucional sobre a necessidade de laboratórios multiusuários

A minha experiência com laboratórios multiusuários remonta à 1987, à época bolsista de iniciação científica no laboratório de difratometria de Raios X, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB). Como “especialista” na identificação de argilo-mineirais, tive a oportunidade, fundamental para a minha formação, de interagir com vários pesquisadores do meu próprio instituto, bem como de muitas áreas correlatas (geotecnia, química, física, agronomia, etc).

Este entendimento sobre a importância deste tipo de interação e postura acadêmica, necessárias para o compartilhamento de conhecimentos, técnicas e equipamentos, trouxe comigo para a UFG, e certamente norteou a criação do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), em 1994. O surgimento deste laboratório, aliás, só foi possível graças à junção de esforços da UFG, que cedeu parte do espaço do então Centro de Gestão Territorial (o qual era vinculado diretamente à reitoria e funcionava no prédio do Museu Antropológico), do então Departamento de Geografia, à esta época ainda parte do antigo Instituto de Química e Geociências (IQG), o qual destinou grande parte do seu orçamento para a compra do primeiro acervo de imagens Landsat TM para a totalidade do Estado de Goiás, da extinta Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico-Social (Emcidec), que disponibilizou, em tempo integral, um servi-

dor técnico e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que cedeu parte dos equipamentos. A propósito, o prédio no qual estamos instalados, desde 2007, foi construído com recursos CT-Infra Finep, destinados prioritariamente à iniciativas multiusuários.

Assim, e desde o início das suas atividades, o Lapig tem-se pautado pela busca sistemática de parcerias e, principalmente, o acesso facilitado a equipamentos e dados. No momento em que escrevo este artigo, o nosso Veículo Aéreo Não Transportado (Vant), adquirido no final de 2012 através do edital Pró-Equipamentos Capes, está a caminho de Três Lagoas (MS) para apoiar a coleta de dados de um aluno do mestrado em Agronegócios, da Escola de Agronomia (UFG). Em janeiro, este mesmo Vant, juntamente com um sofisticado GPS Geodésico, também adquirido através da iniciativa Capes Pró-Equipamentos (2011), estava no Mato Grosso, próximo às cabeceiras do Rio Xingu, na transição Cerrado/Amazônia, apoiando as atividades de campo dos alunos do curso de Ciências Ambientais (Iesa), bem como obtendo dados no âmbito da colaboração de pesquisa que mantemos com o Woods Hole Research Center (WHRC, EUA). Da mesma forma, em março e abril, vários sobrevôos foram realizados em apoio às atividades dos programas de pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais, respectivamente, e já temos agendados levantamentos aéreos em várias

das parcelas de campo da Rede de Ciência e Tecnologia para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado / MCTI).

Recentemente lançamos a plataforma Lapig Maps (www.lapig.iesa.ufg.br), um “laboratório online” de geoprocessamento, através do qual todos os dados gerados e/ou compilados pelo laboratório são disponibilizados gratuitamente. Desde outubro de 2012, já são mais de 13 mil acessos em busca de imagens de satélite, mapas, dados censitários, etc. Além de todo esforço computacional, o desenvolvimento desta plataforma também demandou certa quebra de paradigmas, haja vista que dados relacionados às várias dissertações e teses orientadas no laboratório estão sendo compartilhados antes mesmo de terem sido publicados. Mas esta é a premissa básica por detrás dos laboratórios multiusuários: dados e equipamentos adquiridos com recursos públicos (ainda que envolvendo convênios internacionais, como é o caso de muitos dos projetos do Lapig) devem ser públicos e acessíveis!

Por outro lado, laboratórios multiusuários apresentam especificidades que precisam ser bem compreendidas e apoiadas, sob o risco de não corresponderem às expectativas em torno das quais foram criados. Entre outros, custos e responsabilidades também precisam ser compartilhados. Em função da maior demanda, em geral de caráter multidisciplinar (eventualmente, até mesmo mul-

ti-institucional) e maior número de usuários, a gestão destes espaços é mais complexa e, em muitos casos, pouco compatível com a estrutura que prevalece na universidade, compartimentada e isolada em departamentos e institutos. E, claro, as despesas com expediente (material de limpeza, por exemplo), aquisição de insumos e manutenção são relativamente mais elevadas. Assim, e considerando a tendência irreversível de laboratórios com múltiplas demandas e caráter “transversal” (caso contrário, como defender, priorizar e justificar investimentos públicos cada vez mais elevados em equipamentos e instalações?), é preciso que as instituições quebrem resistências e tabus (por exemplo, no que diz respeito à prestação de serviços, a qual, feita com regras claras e amparadas no interesse coletivo, pode viabilizar a adequada utilização e manutenção de equipamentos) e valorizem cada vez mais as iniciativas em curso. A UFG, imprescindível ao desenvolvimento regional e cada vez mais presente no cenário nacional, tem todas as condições para liderar esta discussão e se tornar uma referência nesta “nova” maneira de pensar e promover a formação de recursos humanos e o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

** Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (Iesa) e Coordenador do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig)*

LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS

Sem tecnologia para manutenção na UFG

Equipamentos complexos não passam pelo Cemeq

O Centro de Manutenção de Equipamentos da UFG (Cemeq, *foto*) não tem tecnologia disponível para dar manutenção em equipamentos complexos, muitos deles instalados em laboratórios multiusuários da UFG. A falta de assistência técnica seria mais um motivo a levar professores a buscarem soluções externas à universidade, para darem andamento a suas pesquisas.

Na edição passada, o JP

trouxe, na reportagem “Laboratório multiusuário: o debate necessário”, que unidades buscam formas que incluem a cobrança por procedimentos e a gestão de fundos para evitar paralisação de pesquisas devido a atrasos burocráticos.

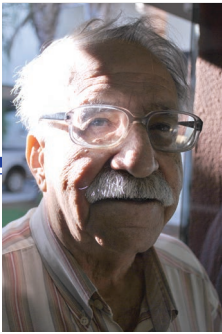


Mas a falta de regulamentação sobre o funcionamento desses laboratórios – o assunto nunca foi discutido no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec) ou no Conselho Universitário (Consuni) – dá margem a questionamentos. Na

reportagem, professores apontaram para o risco de os laboratórios passarem a ser geridos por linhas de pesquisas autônomas.

“O Cemeq não participa desse processo (manutenção em equipamentos complexos). São equipamentos adquiridos por meio de projetos. Quem cuida desse contrato é o próprio professor”, disse o diretor do Cemeq, Edberto Fava Bueno. “Não temos técnicos para isso”, completou.

Mesmo assim, o Cemeq – que dispõe de oficinas de eletroeletrônica, informática, reciclagem de cartuchos de impressoras, óptica, mecânica e refrigeração –, e atende os campus de Goiânia, Catalão e Jataí, solucionou 5.551 das 5.592 ordens de serviços abertas em 2012, índice de 99% de efetividade.



RESPINGOS

HFA

À espera dos 3,17%

Muitos professores e pensionistas aguardam o pagamento da segunda etapa dos 3,17%. Dois desses processos dizem respeito à execução de sentença, de condenação da UFG à definição de diferenças remuneratórias. Existe ainda um agravo de instrumento, em que a Adufg busca o pagamento dos 3,17% para aqueles que se filiaram após outubro de 2000. Por último, incluíam-se os embargos à execução para obter o reajuste até abril de 2006, já que a Justiça Federal se fixou em até janeiro de 2002, apesar da decisão transitada em julgado do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Todos os processos se encontram em tramitação no Tribunal Regional Federal (TRF 1ª Região).

Só graduados

A lei que reestruturou a carreira do magistério superior (12.772), aprovada no final do ano passado, foi editada com problemas em seu artigo 8, impedindo universidades federais de exigirem títulos de mestrado ou doutorado nos editais de concurso para professores. Pelo texto, só graduados poderiam ingressar. O erro virou manchete nos principais jornais do Brasil.

Correção

Interpelado por universidades com interesses em contratar professores mais qualificados, o governo encaminhou nova redação do artigo 8 para a Casa Civil.

Fique atento

Adufg divulga, encartada nesta edição do **JP**, a relação dos processos em final de tramitação. Trata-se de processos a cargo dos doutores João José Machado de Carvalho e Maria Isabel Silva Dias.

Estranho

Chama atenção a afirmação apresentada na proposta do grupo de trabalho (GT) Diretrizes de Avaliação da Carreira do Magistério Superior: “Prevista promoção acelerada por obtenção de titulação”, especialmente no inciso V, que diz que o “requisito de aprovação no estágio probatório não será exigido para os integrantes da carreira de magisterio superior”.

Vai direto?

Estranha-se ainda o que se lê em recente portaria do ministro da Educação: “É permitida a aceleração de promoção de que trata esse artigo, ainda que se encontrem em estágio probatório”. O texto está sujeito à interpretação dúbia: se, por exemplo, o professor é adjunto, passaria automaticamente a associado, mesmo estando em estágio probatório.

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes



CARTAS DOS LEITORES

•*Além da excelente matéria com o professor Alcir Horácio Silva, gostaria de parabenizar este jornal pela excelente qualidade de suas reportagens, artigos e editorial.*

Carlos Mendes, bluesman.

•*Se eu fosse candidato... Mas não posso me candidatar a reitor. Primeiro porque estou em idade mais que provecta. Segundo, não sou reconhecido como professor aposentado pela UFG (e sim pela Previdência Social). Daí a razão por que fui excluído do direito ao recebimento dos 3,17% e de votar para reitor. Além do mais, meus proventos como professor titular, em dedicação exclusiva, especialista, não sofrem reajustes desde 2006. Infelizmente, só existe um candidato a reitor. Isso não é bom.*

Hélio Furtado do Amaral, foi chefe do Departamento de Comunicação (antigo ICHL), presidente do Colegiado de Cursos, foi professor visitante, assessor do reitor e presidente fundador da Adufg.

REITORIA

Orlando e Manoel lançam chapa

O pró-reitor de Administração e Finanças, Orlando do Amaral, e o diretor do Câmpus Catalão, Manoel Chaves, lançaram suas candidaturas à reitor e vice-reitor da UFG, respectivamente, no último dia 23 de abril, em Catalão, para gestão 2014-2017. É a primeira vez na história da UFG que candidata-se a vice-reitor um professor do interior. É também a única chapa a concorrer.

Orlando destacou o crescimento da universidade nos últimos oito anos – gestão de Edward Madureira – e falou do desafio de ampliar o quadro de servidores. Manoel resgatou sua trajetória na UFG, desde que integrou a primeira turma de Geografia do Câmpus Catalão.

A votação será realizada no dia 20 de junho, das 8h às 18h, e até às 21 horas onde houver expediente, em todos os câmpus da UFG.



Orlando e Manoel em Catalão, no lançamento da única chapa a concorrer à reitoria

Adufg

17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO II - Nº 6 - MAIO 2013

Projeto idealizado por
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

NOTÍCIAS DA ADUFG SINDICATO

MOVIMENTO LUTA PELA APLICAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA A EDUCAÇÃO

Entidades sindicais e instituições de educação de Goiás lançaram em 16 de abril o Movimento Goiano em Defesa da Aplicação de 100% dos Royalties do Petróleo para a Educação. Debate realizado na Faculdade de Direito da UFG discutiu a Medida Provisória (MP) 592/2012, que determina novas regras de distribuição dos royalties e disciplina a destinação dos recursos do Fundo Social.

Após o lançamento, uma caravana organizada pelo movimento goiano partiu para Brasília

para acompanhar a apresentação do parecer do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator da MP, à Comissão Mista.

O movimento goiano é composto por UFG, IFG, IF-Goiano, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), SINT-IFESgo, Sindicato dos Servidores em Instituições Federais de Educação Tecnológica no Município de Goiânia (SINTEF-GO), Adufg Sindicato, DCE-UFG e União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES).

Frederico Oliveira



Autoridades da educação e do Poder Legislativo debatem MP que determina novas regras de distribuição dos royalties do petróleo: movimento goiano mobiliza sociedade

CAMPANHA CONTRA A GRIPE IMUNIZA MAIS DE 900 PESSOAS

Em abril, a Adufg Sindicato promoveu mais uma campanha de vacinação contra a gripe. Em Goiânia, a vacinação ocorreu nos dias 16 e 20 de abril na sede administrativa da entidade. Em Jataí, a campanha foi realizada entre os dias 25 e 30 do mesmo mês, no Hospital da Unimed. Cerca de 920 pessoas receberam a vacina.

Fotos: Eliane Bastos



APOSENTADOS TÊM REPRESENTANTES PARA CONSELHO

Em votação no dia 9 de abril, foram eleitos os nove representantes dos professores aposentados no Conselho de Representantes da Adufg Sindicato. No total, 84 professores compareceram à sede administrativa da entidade para registrar o voto, podendo escolher cada um até nove representantes.

Os eleitos: Ana Christina de Andrade Kratz (63 votos); Peter Fischer (62 votos); Nancy Esperança Lopes (54 votos); Maria Judy de Mello Ferreira (51 votos); João Victor de Lellis (51 votos); Roberto Luiz Franco Bucci (50 votos); Ormezinda

de Melo Gervásio (50 votos); Químico Iamamoto Pacheco (45 votos) e Maria Auxiliadora Andrade de Echegaray (39 votos).

Foram eleitos suplentes Dulce Terezinha de Oliveira (36 votos), Rutti A. de Rezende Macedo (36 votos), Nadime B. Ordame (33 votos) e Sinoeste Cardoso de Oliveira (11 votos).

Os eleitos foram empossados no dia 10 de abril em reunião do Conselho de Representantes.

EDITAL CONJUNTO NORMATIZA ELEIÇÕES PARA REITOR

A Adufg Sindicato, o SINT-IFESgo e o DCE-UFG divulgaram no dia 5 de abril o edital conjunto que estabelece as normas para a consulta à comunidade acadêmica da UFG na eleição de reitor e vice-reitor (mandato 2014-2017).

Desde a abertura política do Brasil após a ditadura militar, a consulta é conduzida pelas entidades que representam docentes, técnico-administrativos e estudantes da UFG, e se dá por meio de voto direto, secreto e proporcional das categorias: servidores ativos e aposentados, além de acadêmicos da graduação, pós-graduação *stricto sensu* e alunos do Cepae com idade igual ou superior a 16 anos.

O processo de consulta é conduzido por uma comissão eleitoral formada pelas três entidades, sendo que cada uma indicou dois membros titulares e um suplente. A presidência da comissão foi indicada pela Adufg Sindicato, enquanto o SINT-IFESgo acolherá os trabalhos da comissão.

Até o dia 17 de junho, será divulgada a lista com os nomes dos eleitores e seus respectivos locais de votação.

O resultado da consulta será encaminhado ao Conselho Universitário da UFG (Consuni) e encabeçará a lista tríplice que, pela lei, deverá ser enviada ao Ministério da Educação para a escolha do novo reitor e vice-reitor da UFG. O edital pode ser consultado em www.adufg.org.br.

TONZÊRA E GLACIO WILLIAM ANIMAM QUINTART

Com voz e percussão de Tonzêra e Glacio William, professores, familiares e convidados curtiram grandes sucessos da MPB e do pop-rock no Quintart de abril, realizado na última quinta-feira do mês, dia 25 (foto). O happy hour, promovido mensalmente pela Adufg Sindicato, é oportunidade de confraternização e interação entre os presentes, sempre com animadas conversas, acompanhadas de boa música e cardápio saboroso. Confira a galeria de fotos completa no site: www.adufg.org.br.



Inclusão pelas metades

Militante do movimento negro e um dos principais expoentes da implantação do sistema de cotas na UFG, o professor Alex Ratts, do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), reconhece a evolução das ações afirmativas, mas critica a falta de políticas de permanência de alunos cotistas. “O sistema tem que funcionar como um todo. A gente quer

pesquisadores destes grupos, professores destes grupos, mudar o quadro da universidade. Não é só entrar mais gente”, disse ao **Jornal do Professor**.

Em bate-papo com o antropólogo Roberto Cunha Alves de Lima, Ratts aponta a falta de dados quantitativos e qualitativos sobre a vida dos estudantes cotistas dentro da universidade. “Não há muito interesse de acompanhar o sistema, parece que foi uma obrigação (a implantação)”, afirma, apontando para a possibilidade de aumento da evasão escolar desses alunos.

O **JP** tentou buscar esses dados. A Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom) não tem informações sobre a oferta de bolsas permanência na UFG. De acordo com o órgão, esses números só serão contabilizados após o fechamento dos editais

de concessão, este mês (maio). Nestes editais, são oferecidas 764 bolsas permanência – contabilizadas também as renovações do programa.

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) informou não ter dados a respeito do número de alunos cotistas da UFG

QUEM É QUEM

• Alex Ratts

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFC), mestre em Geografia Humana (USP) e doutor em Antropologia Social (USP). Professor do Iesa e coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGente)

• Roberto Lima

Graduado em Antropologia (UnB), mestre em Antropologia Social (Unicamp), doutor em Antropologia (UnB), pós-doutor em Antropologia (Colegio de Mexico). Professor da FCS

Frederico Oliveira



Roberto e Alex Ratts: falta política de permanência para alunos cotistas

Roberto Lima – A lei (de cotas) implicou uma certa liberdade. Não precisamos mais justificar o tempo todo por que é que é importante. Salas de aula multiraciais e multiculturais são muito mais ricas, aliás tudo que é multi é mais rico que mono. Houve esse avanço. Mas por outro lado é um ganho com problemas que temos que discutir. Eu por exemplo estava conversando com o mecânico, que faz o cursinho Faz Arte (preparatório para o vestibular de estudantes voluntário da UFG, que prioriza atendimento a ex-alunos de escolas públicas com renda familiar de até um salário mínimo per capita), ele teve dificuldade de conseguir o atestado de baixa renda, ou seja, a lei dá uma entrada mas bloqueia por outro lado. Como a lei diluiu o grupo que discutia isso dentro da UFG, não temos dados qualitativos ou quantitativos de como é a realidade dessas pessoas hoje, dentro da universidade. Não existe porque há um racismo institucional, uma inércia, uma certa má vontade dos gestores, pontual, de algumas faculdades, de fornecerem dados sobre seus alunos. São poucas, mas são faculdades-chave.

Alex Ratts – Eu penso que isso existe porque antes da lei de cotas o racismo brasileiro atuava pelo silêncio. E esse “não se fala nisso” persiste localizado. Professores dizem “no meu curso, cotistas não querem se manifestar, não querem dizer que são cotistas”. Eles não tem que dizer “sou cotista”, mas a gente pode entrar, entrevistar, criar caminhos. Mas se você não tem a vontade de fazer, não vamos mesmo analisar essas trajetórias, produzir esses dados. “Não quero tocar nesse assunto, já existe uma lei pra isso, portanto não me peça para trabalhar com isso”. Ainda tem essa resistência de determinados cursos e professores em contribuir com essa avaliação mais fluida e sequencial do sistema de cotas.

“Há um racismo institucional, uma inércia, uma certa má vontade dos gestores, pontual, de algumas faculdades, de fornecerem dados sobre seus alunos. São poucas, mas são faculdades-chave”

Roberto – É, isso aqui é uma proposta política, de mudança da sociedade. Temos que saber como (cotistas) estão indo, o que está acontecendo com eles. Temos feito essas avaliações nas bases. No Faz Arte, por exemplo, os alunos entram na universidade como cotista e entram atuantes, militantes. Há contradições, mas os alunos de lá vem com proposta de intervenção, de pensar a sociedade. Temos feito isso organicamente. Orientei alunos cotistas que foram em várias faculdades, pegaram nomes dos cotistas, fizeram entrevistas com alguns. Acho que essa é a maneira mais interessante, criar laços entre essas pessoas, não fazer carreira solo.

Jornal do Professor – Há risco de se criar uma elite cotista por meio de ações afirmativas?

Roberto – Se essa elite não reproduzir a nossa elite, acho interessante. Se se tornar uma elite diferente, que não seja essa destrutiva, irresponsável socialmente... Se formarmos uma

elite que se lembra de andar de ônibus, de apagar da polícia, de viver sem saneamento básico e etc, penso que sim...

Alex – Penso que fazer previsões é difícil. Hoje, na atual gestão do governo federal e dos governos estaduais já tem pessoas oriundas de movimentos sociais. Estados e governos também são contraditórios, mas essas pessoas já implementam algo distinto. Hoje temos uma ministra que fala enfaticamente do racismo, mas não é só falar, são 30 anos de militância social sobre isso, e outros nomes. Essas lutas aparecem para a maior parte da sociedade como uma luta de agora, dos últimos

dez anos, mas para os movimentos sociais têm mais de 30 anos de existência. As gerações de cotistas trazem um novo fluxo de pessoas inspiradas nessa dimensão social.

Roberto – Converso com meninos que vão fazer vestibular. “Quer passar para medicina, então vai fazer cursinho no colégio X”. Não se pensa ser possível fazer medicina estudando em escola pública. Esse discurso a lei de cotas mudou, o que é muito importante, mas 90% dos alunos que terminam ensino médio são de escola pública em Goiás.

Alex – Realmente tem esse descompasso. A política de permanência é crucial. Não é só bolsa, é residência, bolsa melhor remunerada. Quatrocentos reais (atual valor da bolsa permanência) não fazem o estudante permanecer. Vejo estudantes cotistas que compram seus primeiros livros quando conseguem bolsa de mestrado. Então tem que mexer nesse sistema.

JP – O ensino privado aliena o estudante quanto ao conceito de educação. Alunos falam que no Cepae a formação é humanista, enquanto na escola

Fotos: Frederico Oliveira



Roberto: perda do sentido do que é universidade

de cotista, tem que preparar para o mercado sim, mas não é só esse “deus mercado” que rege a sociedade. Porque falam “o mercado não quer isso”, como se fosse um deus operando a sociedade. Não. Não acho que é nossa preocupação pensar a escola privada, mas essa relação com a universidade tem que ser transformada. Não dá para ficar baseada só no acesso, de ocupar fatias das vagas e do mercado.

Roberto – Acho que há uma perda do próprio sentido do que é universidade. São poucos os alunos que realmente a ocupam como universidade, que vão assistir concertos na música, cinema na Letras, que nadam na piscina da Educação Física, enfim. Isso do ensino particular ser uma corrida, competição desenfreada, por serem esses os que entram aqui, acabam reproduzindo essa lógica aqui dentro.

JP – Estudantes às vezes têm dificuldades para convencer suas famílias de que é importante estar na universidade. De enfrentar o “você fica o dia todo na universidade, você não trabalha”. Ainda mais para um aluno de origem popular, que tem que ajudar em casa. Como fica isso?

Roberto – Acho curioso, é uma depreciação da universidade pública. Meninos chegam e acham que isso aqui é de graça porque é público, não percebem que estão sendo pagos para estudar. São bem pagos para estar em cursos melhores do que qualquer universidade privada. Isso deveria ser pensado entre o estudante e seus familiares, que também pagam essa estrutura. Claro que passa por outras coisas, como o que significa ser público no Brasil. Porque para muitos desses meninos e meninas de origem popular, público no Brasil é a polícia, a prisão, o sistema de saúde, tudo que é para reprimir, tudo o que é ruim. Tem que alterar essa visão.

Alex – A família em geral só vai saber o que se passa aqui no dia da formatura. Não sei como quebrar esse afastamento, mas quando você se coloca dentro da comunidade, nas comunidades indígenas por exemplo... Eu conheço a aldeia, sei quem são os mais velhos, as crianças, e eles conhecem o professor, ou seja, a universidade está lá. Tem uma relação completamente distinta. Isso não acontece nos cursos regulares, mas é possível fazer. “Corpo docente” e “corpo discente”, uso isso como realmente nossos corpos, não como metáfora. Nossas corporeidades aqui, para encontrar outros. Esse encontro é muito importante.

particular existe uma estandartização. Gostaríamos que comentassem isso.

Alex – Percebo que o ensino médio, nos últimos 20 anos, serviu de corredor para o vestibular. A universidade talvez ainda esteja com uma relação mal conduzida com a escola em geral, seja a privada ou a pública. Claro que todo mundo tem direito de reproduzir as profissões, mas não é só isso, é a universidade pública, quem sustenta a gente é a sociedade, então a universidade tem que pensar a sociedade e não só “eu e minha carreira”. Quando fala

A universidade tem que pensar a sociedade e não só ‘eu e minha carreira’. Quando fala de cotista, tem que preparar para o mercado sim, mas não é só esse ‘deus mercado’ que rege a sociedade

Quatrocentos reais não fazem o estudante permanecer. Vejo estudantes cotistas que compram seus primeiros livros quando conseguem bolsa de mestrado. Tem que mexer nesse sistema



Alex: famílias estão distantes da universidade

SAIBA MAIS

UFG Inclui

Aprovado em agosto de 2008, o programa reservava 20% das vagas, sendo metade destinada a alunos de escola pública e a outra metade a estudantes negros de escola pública. Com a aprovação da lei de cotas no ano passado, o UFG Inclui passa a atender somente índios ou quilombolas.

A universidade fragmentada

Entrevistado pelo sociólogo Fausto Miziara, professor do ICB Leandro Gonçalves Oliveira aponta dificuldades da administração em gerir informações produzidas na UFG, fala sobre financiamento engessado e propõe investimento em novas formas de organização coletiva e interdisciplinar

Macloys Aquino



Leandro Gonçalves e Fausto Miziara analisam as transformações dos modelos de universidade

Fausto Miziara – Quais as origens do modelo de universidade vigente hoje nas universidades federais brasileiras?

Leandro Gonçalves Oliveira – Temos um misto de modelos, tanto o modelo americano na perspectiva do *teachers' college*, como modelos estatais europeus, com forte influência do modelo humboldtiano alemão e do modelo napoleônico francês, que basicamente refletem a hierarquia do poder e o conhecimento centrado nas cátedras.

Fausto – Mas esse modelo de cátedra, de certa forma, foi desestruturado com a reforma do MEC, de 1968.

Leandro – Na reforma de 1961, a cátedra que tinha como centro o professor “catedrático”, já passa a coexistir com o departamento – compreendido como um conjunto de cátedras ou áreas diferentes do conhecimento. A maior crítica ao catedrático era contra o seu imobilismo ou sua acomodação profissional à época, de maneira a “dificultar” a universidade na busca de novos caminhos. Essa acomodação foi rompida com a reforma de 1968, a última grande reforma universitária do País – ainda sob a égide dos militares. É muito interessante porque proporciona um rearranjo estrutural nas

universidades, com base na criação de centros, departamentos, faculdades e institutos.

Fausto – Isso não tem gerado uma “disciplinarização” excessiva do conhecimento? A criação de institutos, faculdades e departamentos não leva ao risco de fragmentar o conhecimento?

Leandro – Não há dúvida que sim, e se constitui em um grande paradoxo. Pois, ao mesmo tempo em que se tem essa fragmentação e “disciplinarização”, que por um lado avança o conhecimento num certo campo de conhecimento, por outro lado, o excesso de fragmentação proporciona uma ruptura, uma quebra de concepção na busca de um conhecimento universal, intrínseco à universidade. Esse limite é muito sutil. Mas na prática, universidades se constituem como a somatória de institutos, faculdades, arranjos isolados do conhecimento, que pouco conversam entre si.

Fausto – Como fica a pesquisa dentro dessa estrutura de universidade?

Leandro – Sei como é vivenciar isso na prática e respeito imensamente o papel da pesquisa no avanço do conhecimento. A preocupação maior é o seu objeto fim, o conhecimento, que pode ser traduzido, entre outras formas, como artigos científicos e dissertações e

teses orientadas. Entretanto, vejo estudantes de graduação que se manifestam muito interessados em diversas áreas do conhecimento, mas abrem mão por influência do orientador. “Você deve seguir o protocolo da pesquisa que estamos desenvolvendo neste laboratório”. Do meu ponto de vista é uma visão unilateral e equivocada da pesquisa, numa perspectiva de formação acadêmica mais ampla do aluno. A formação global fica prejudicada e fragmentada. Isso é, sem dúvida, o reflexo de um modelo de universidade no qual muitos de nós fomos formados e que estamos repetindo sem uma reflexão.

Fausto – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é função da universidade. Mas quando você traz isso para a prática, eventualmente pode gerar distorções. Nem todos os professores têm a mesma afinidade com essas três dimensões das nossas atividades. Me parece que a universidade parte do pressuposto de que todos gostam de ensinar, todos sabem fazer pesquisa e

tem habilidade para a extensão.

Leandro – Veja bem, qual a nossa profissão? Eu sou biólogo de formação,

QUEM É QUEM

• Leandro Gonçalves Oliveira

Graduado, mestre e doutor em Ciências Biológicas pela USP, pesquisador bolsista produtividade do CNPq/1D e professor do ICB

• Fausto Miziara
Graduado, mestre e doutor em Sociologia pela UnB, desenvolve pesquisa sobre expansão da fronteira agrícola e é professor da Faculdade de Ciências Sociais

mas a minha profissão é professor. Todos somos professores de nível superior. Concordo que nem todo mundo está aqui para fazer pesquisa e extensão. Até porque, não prestamos concurso para ser cientista, não prestamos concurso para fazer extensão, mas prestamos concurso para ser professor. Acho que o modelo de universidade mais adequado seria aquele que respeitasse isso, de não criar e privilegiar segmentos ou castas de atuação docente. Todos nós temos algo em comum, na condição de professor de nível superior, pois somos todos produtores e transmissores do conhecimento. É o que nos une.

Fausto – Há uma dificuldade da universidade de saber identificar essas vocações. A universidade tem uma estrutura administrativa, que organiza e define essas funções. Você não acha que essa estrutura sofre um pouco dessa fragmentação? Como você percebe as estruturas de poder dentro da universidade, a relação entre as instâncias superiores e demais instâncias administrativas?

Leandro – O fato é que o modelo de estruturação das universidades federais é de centralização do poder. E isso não é um problema em si, mas tem reflexos na prática acadêmica. Além disso, esse poder também é reflexo da assimetria entre as nossas formas de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Na minha opinião, não devemos ter preponderância da pesquisa ou do ensino, o que falta são áreas de conexão do saber, de novas epistemologias, e que muitas vezes não são pensadas do ponto de vista administrativo. Então, se hoje apresentamos demandas como rearranjos estruturais de professores em torno de determinada área de conhecimento que não está compreendida dentro dos institutos, isso gera desconfortos. Muitas vezes, o tempo desse professor não é reconhecido por sua própria unidade acadêmica. O atual modelo de gestão não consegue perceber e aproveitar esse novo espaço de produção



Fausto: a difícil identificação das vocações

Fotos: Macloys Aquino



Leandro espera avanço na interdisciplinaridade

do conhecimento. Mas existem experiências exitosas e a universidade deve ser sensível a essas transformações, a novas formas de organização. Ainda mais dentro de um contexto de velocidade de produção do conhecimento que hoje se faz. O modelo administrativo tem que ser revisto de forma contínua. Sempre tivemos pró-reitorias que atuam nas atividades fins da universidade, como a de graduação, de pesquisa e a de extensão. Hoje vejo a administração, se não como uma atividade fim, mas com um papel importantíssimo nesse processo de sinergia acadêmica. A administração se dá com bases informacionais e a universidade tem uma enorme dificuldade de promover uma gestão dessas informações, porque são informações fragmentadas. Isto é um grande problema. Sem falar, é claro, nas famosas prestações de contas. É um desvirtuamento do papel professor enquanto formador, porque ele passa a ser um gerenciador e um contador. Isso é um problema que nos remete à necessidade de discutirmos a autonomia universitária.

Fausto – A autonomia universitária é uma demanda histórica. A universidade tem se pensado? É possível exigir essa autonomia sem produzirmos uma reflexão própria a respeito do papel da universidade?

Leandro – A impressão é que não temos proposições, demandas para rever a autonomia universitária. Não podemos

mais continuar nesse modelo anacrônico e caótico de financiamento e funcionamento. O financiamento é tão engessado que dificulta o funcionamento da universidade. Temos hoje certos segmentos de professores que têm uma facilidade maior para angariar recursos através de editais, etc. Professores com esse perfil acabam seguindo esse caminho, buscando recursos externos para cobrir suas necessidades e demandas do dia a dia. Esse professor-pesquisador não está preocupado se vai ter verba para diária, nem para comprar um produto, porque ele supre isso através de sua capacidade de obtenção de recursos em decorrência da sua produção científica. No final das contas, ele traz mais dinheiro para a universidade, em forma de projeto de pesquisa, e se torna quase independente. Se por um lado isso é importante para o desenvolvimento técnico-científico, e reconheço o mérito do ponto de vista da pesquisa, por outro lado acaba gerando uma forma fragmentada de compreensão da gestão acadêmica, de levantar e discutir os problemas de conjuntura da universidade.

Fausto – Apesar da rigidez da universidade, temos espaços que atuam de forma diferente. Temos os laboratórios multiusuários, que atendem diversas unidades, e o crescimento dos programas de pós-graduação interdisciplinares, inclusive não lotados em uma unidade específica. Como avalia esses novos formatos de produção do conhecimento?

Leandro – Os laboratórios multiusuários não são uma ideia nova, pelo contrário, já estavam na reforma universitária de 1968, que prevê a diminuição da duplicidade de recursos com o mesmo objeto. Estes espaços são um locus muito importante para aglutinar vários pesquisadores em torno de um eixo de conhecimento. O funcionamento destes laboratórios é precário, pois a lógica da produção do conhecimento não segue a mesma lógica da burocracia. Os exemplos bem sucedidos têm mecanismos mais flexíveis de administração e gestão acadêmica. Sobre espaços interdisciplinares, estamos exaurindo as possibilidades de criação de novos programas de pós-graduação na UFG. Chegamos no limite de criação de novos programas de pós-graduação. O que se espera hoje é que avancemos na interdisciplinaridade, não somente como uma forma de produção do conhecimento, mas também no seu rearranjo institucional. Essa é uma estratégia de produção do conhecimento muito oportuna, mais condizente com um modelo de universidade plural.

“Administração se dá com bases informacionais e a universidade tem uma enorme dificuldade de promover uma gestão dessas informações, porque são informações fragmentadas”

“As prestações de contas são um desvirtuamento do papel professor enquanto formador, porque ele passa a ser um gerenciador e um contador. Isso é um problema que nos remete à necessidade de discutirmos a autonomia universitária”

Sem-terra empreendimentos

Projeto de professor aposentado da Veterinária transforma assentamentos de trabalhadores rurais em pólos de produção autosustentáveis

Leite e derivados, açúcar mascavo e esterco animal. Produtos de alta qualidade, produzidos em assentamentos de trabalhadores rurais, com potencial para competir nas prateleiras de qualquer grande supermercado do País.

O projeto, do professor aposentado da Escola de Veterinária Augusto Silva de Carvalho, é formatar uma lei que obrigue o governo federal a fomentar a produção, fornecendo tecnologia e estrutura material, para transformar assentamentos em empreendimentos rurais.

“Não é para fazer fábrica para vender aqui e ali, não. Com matéria prima de primeira qualidade teremos produtos de primeira qualidade, é para produzir em larga escala”, ambiciona. “Eles não dominam a técnica, precisam de orientação. A técnica para produção de queijo, por exemplo, é restrita à indústria”, ressalta.

A ideia de Augusto, especialista em produção leiteira e derivados, é fazer com que assentamentos se tornem pólos autosustentáveis na produção de matéria prima – leite, cana e excremento animal – e produtos finais, como queijos, açúcar mascavo e esterco.

“É fazer com que a produção dos assentados tenha criatividade para baratear o custo, com boa ocupação da mão de obra. Para que o produto ela-

Macloys Aquino



Augusto, aos 85 anos, quer participar do projeto dando palestras: “Sem recado eles não ficam”

borado, principalmente o queijo, tenha mais produtividade”, projeta. “Eles têm ideias incríveis. Se encontram uma gleba de terra, conseguem”.

Toda o processo, segundo Augusto, será agroecológico, sem utilização de venenos. “É o que se pretende”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na verdade, já possui uma Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, que busca dar infraestrutura, conceder créditos e assessoria técnica para garantir desenvolvimento sustentável e viabilidade econômica a assentamentos, inclusive com apoio a agroindustrialização.

“Não só governo federal, mas secretarias estaduais também têm que dar assistência”, insiste Augusto. “O que eu não quero é que falte recurso”, afirma. O professor procura uma maneira de enviar ao governo federal um

esboço do projeto de lei. Já fez contato com deputados.

Peão

Augusto de Carvalho nunca teve contato com movimentos de luta pela terra. Mas, nos anos 40, era menino quando foi peão de fazenda e conviveu com moradores de uma colônia agrícola em Lavras (MG). “Sei carrear, sei capinar. Mas tiro leite maravilhosamente bem”, garante. “Guardei isso por esses anos”.

Agora, aos 85 anos, diz sonhar com o dia em que o projeto que transforma assentamentos em empreendimentos rurais se torne realidade. “Se eu melhorar da coluna... Já tenho 85 anos. Será que irei aos 90? Se for, será um sucesso”, diz, sorrindo. Ele quer participar, ministrando palestras. “Se eu estiver doente, treino um palestrante. Ficar sem recado, não ficam”.

QUEM É AUGUSTO DE CARVALHO

Nasceu em Lavras (MG), cidade que deixou aos 17 anos para fazer curso técnico de Laticínios em Juiz de Fora (MG). Graduiu-se em Veterinária pela UFG, nos anos 60. Entrou na UFG como professor em 1969. Aposentou-se em 1995

Agro Centro-Oeste debate efeitos sociais do agronegócio

A Agro Centro-Oeste Familiar 2013 – a maior feira de agricultura familiar e movimentos sociais da região, realizada pela Escola de Agronomia da UFG e pelo Sebrae – terá o “Avanço do Agronegócio na Agricultura Familiar” e a “Assistência Técnica Especializada para Agricultura Familiar” como eixos temáticos de conferências.

A feira, que ocorrerá entre os dias 12 e 14 de junho no Centro de Cultura e Eventos da UFG, é um grande encontro que discutirá políticas públicas para o campo. Questões sociais, ambientais e econômicas, efeitos do agronegócio, estarão em debate. Haverá ainda divulgação e comercialização de produtos da agricultura familiar, com participação de cooperativas de todo

Estado, exposições de produtos e de trabalhos científicos. Ao público, estarão à venda hortaliças, frutas e derivados, alimentos industrializados e agroecológicos.

Assentados

A Escola de Agronomia deve abrir já em 2014 uma turma especial de Agronomia para assentados e filhos de assentados. O curso será realizado em parceria da UFG com o Incra, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), aos moldes do que ocorreu no Câmpus Cidade de Goiás, com a turma de Direito Evandro Lins (leia mais na página 12).

A turma deve ter 40 estudantes. Para o relator do projeto, professor Wilson Mozena, a iniciativa considera o compromisso da universidade em romper as barreiras da exclusão social. “O curso possibilitará aos agricultores familiares acesso ao conhecimento acadêmico, com um projeto educacional que leva em consideração as particularidades desta parcela de produtores, que é importante na geração de renda, conhecimento e cultura do País”, disse ao Blog da Agricultura Familiar, da EA.



Atracção cultural da Agro Centro-Oeste Familiar de 2012: este ano, feira terá também apresentações musicais e outros eventos artísticos

Espaço único para esporte adaptado

Educação Física tem programa exclusivo de atividades para pessoas com mobilidade reduzida

Um espaço de inclusão social, discussão e aprendizagem. É o que permite o Projeto Basquetebol em Cadeira de Rodas, coordenado pela professora da Educação Física Lana Ferreira de Lima, do Câmpus Catalão. É uma parceria da UFG com a Associação de Portadores de Deficiência de Catalão (ASPDEC).

De acordo com o Censo 2010, Catalão possui 24.076 portadores de deficiência, sendo 5.007 pessoas com mobilidade reduzida e 252 dependentes de cadeiras de rodas. O projeto é a única ação esportiva para atendimento destes grupos. Duas vezes por semana, doze alunos cadeirantes se reúnem para praticar, sob a orientação de monitores, o basquete adaptado.

“É um espaço de inclusão social, mas também um espaço de desenvolvimento e aprendizagem esportiva destas pessoas, onde eles têm lazer e ampliam as relações sociais”, comenta Lana. Para os monitores do curso, é um espaço para aprendizagem, de como trabalhar as metodologias dos esportes e da cultura corporal para estas pessoas.

Histórico

O projeto começou a ser desenvolvido em 2009 pela ASPDEC junto com a Federação Goiana de Basquetebol em Cadeira de Rodas. Idealizado pela Federação, prevê parcerias com instituições públicas e privadas. No início, havia seis núcleos em Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Niquelândia, Rio Verde e Senador Canedo. “A informação que eu tenho é que o único pólo que ainda está desenvolvendo o projeto é Catalão”, diz Lana.

Inicialmente, a ação se chamava Chute, Tabela e Xuá! (ações do basquetebol). A Federação Goiana de Basquetebol em Cadeira de Rodas promoveu treinamento de alunos da UFG e, também, de pessoas da ASPDEC. No entanto, o projeto teve suas atividades encerradas no mês de setembro de 2010. Alguns meses depois, a associação procurou a universidade para a retomada do projeto. O curso de Educação Física se reuniu com a direção da ASPDEC em 2011 para definir as ações a serem realizadas.

A idéia era iniciar com o basquete e, com o tempo, ampliar o atendimento para outras atividades físicas. Atualmente, o maior entrave ao crescimento do projeto é a questão financeira. “A gente gostaria de atender um público maior, mas infelizmente, não dispomos de material. As cadeiras do basquete são feitas de acordo com o nível da lesão, o grau de comprometimento que cada participante tem. Se sai um cadeirante e entra outro, nem sempre é possível usar a mesma cadeira para outra pessoa com deficiência física que se interesse pelo basquete”. Oito cadeiras adaptadas para a prática do esporte custam até R\$ 23 mil, cerca de R\$ 3 mil por cadeira.

Fotos: Fábio Gaio/Ascom



Moradores de Catalão durante partida de basquete para cadeirantes, integrantes do projeto coordenado pela professora Lana de Lima

NUMEROS

24.076
pessoas
têm algum
tipo de
deficiência
em Catalão

5.007
têm
mobilidade
reduzida, de
acordo com
o Censo 2010

252
destas
pessoas
dependem
de cadeiras
de rodas

‘É uma realização profissional para mim’

“É uma realização profissional para mim, porque eu estou casando várias áreas que eu tenho interesse”, afirma a professora. Lana conta que o projeto tem possibilitado não somente a formação dos discentes, mas os leva a se preocupar também com a inclusão dos portadores de necessidades. “A educação física tem um avanço muito grande nesta área da atividade físico-esportiva e uma discussão que a gente tem trabalhado com os alunos é a inclusão na própria escola”, explica.

Em 2012, alunos participaram de seminário sobre esporte adaptado em Manaus (AM), um intercâmbio importante para sua formação, tanto culturalmente como na discussão sobre inclusão.

“A perspectiva hoje é ampliar, trabalhar com o vôleibol sentado, com o goalball, que aí a gente atende um outro grupo de pessoas, com deficiência visual, a capoeira, a dança em cadeira de rodas”, projeta a professora.

SAIBA MAIS

ESPORTE SURGE APÓS II GUERRA MUNDIAL

O basquete em cadeira de rodas surge depois da Segunda Guerra Mundial, nos EUA e depois reproduzido na Inglaterra. Como era grande o número de feridos em batalha, a adaptação veio como ferramenta de reabilitação. Torna-se modalidade dos Jogos Paralímpicos em 1960, em Roma. Já em 1968, as mulheres passam a disputar o esporte.

As regras do basquetebol em cadeira de rodas são as mesmas do basquete comum, não há adaptações. As cadeiras de roda acabam tendo contato e, em caso de choque frontal, isto é considerado falta. As cadeiras possuem um aro dianteiro para impossibilitar contato físico que machuque os atletas.

Vocação para movimentos populares

Impulsionado por projetos do curso de Direito, Câmpus Cidade de Goiás dá exemplo de que é possível incluir com qualidade

Ato de celebração de sem-terra na abertura da solenidade de colação de grau da Turma Evandro Lins, na Cidade de Goiás

“O Campus Cidade de Goiás (CCG), pelo perfil dos profissionais, tem essa vocação para discussões marginalizadas”, disse ao **JP**, no início deste ano, a professora Maria Meire Carvalho, coordenadora do Programa de Educação Tutorial (PET) na cidade.

Assim que se tornou unidade acadêmica, autônoma e independente, em 2009, o CCG adquiriu esse status diferenciado, com programas cujas práticas se concentram em ações voltadas à comunidade e aos movimentos sociais.

O carro-chefe dessas transformações é o curso de Direito, com projetos de repercussão, que não se limitam ao ensino, mas focam a pesquisa e a extensão em práticas que integram a comunidade acadêmica e a sociedade local e regional.

Há projetos que trabalham cidadania, gênero, assessoria jurídica popular, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, Direito e arte, direitos humanos, direitos sociais do campo, entre outros trabalhos.

O maior deles é a primeira turma de Direito para beneficiários da reforma agrária e da agricultura familiar, a Turma Evandro Lins, que formou 54 bacharéis no ano passado e que provou ser possível incluir com qualidade.

O índice de aprovação da turma especial no exame da OAB não ficou abaixo ao de cursos regulares, o que inspirou todo o CCG. O curso de Serviço Social, por exemplo, está

com tudo pronto para inaugurar, em 2014, uma turma para estudantes do campo. Também está em fase de implementação em Goiás a primeira especialização em Direitos Sociais do Campo e a licenciatura em Educação do Campo.

A experiência da Turma Evandro Lins influenciou inclusive programas de universidades públicas da Bahia e do Paraná, que devem criar turmas semelhantes.

“O mercado educacional tem nos cursos de Direito uma importante fonte de rendimentos. Para uma instituição pública, como a nossa, a formação não deve ter como finalidade a massificação típica deste mercado”, diz a coordenadora do Direito, professora Fernanda Rezek.

“Para uma consistente formação profissional, o desenvolvimento da experiência prática dos estudantes junto às demandas da comunidade é essencial”, explica. Para isso, a formação no CCG combina formação profissional, formação crítica e formação humanística.

A graduação tem projetos de educação em direitos humanos, de assessoria jurídica popular, um Grupo de Estudos sobre a Realidade do Cárcere na Cidade de Goiás, o Núcleo de Prática Jurídica, o Observatório Fundiário Goiano, o grupo Direito, Diversidade e Justiça.

Tem ainda o projeto Casa Warrat, que trabalha o “Direito Achado na Rua” na perspectiva de uma sensibilização que torne tanto alunos quanto professores e pessoas da comunidade, capazes de questionar padrões de verdade jurídica instituídos.

“Neste sentido, não tratamos de assistência ou auxílio à população, que devem ser prestados por entidades governamentais com este fim específico. Tratamos de envolver a comunidade”, afirma Fernanda.

Projeto reafirma a universalização

O projeto de uma nova turma em Direito para beneficiários da reforma agrária e da agricultura familiar está em fase final de elaboração e negociação entre a universidade e parceiros – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e movimentos sociais.

“A experiência pioneira da Turma Evandro Lins e Silva reafirma a política educacional de universalizar o acesso à educação superior. A proposta de inclusão desenvolvida tem como elemento determinante o enfrentamento da exclusão da população rural da universidade”, diz a coordenadora, a professora Fernanda Rezek.

Compromisso

O Curso de Direito do CCG elabora um novo projeto político pedagógico, que “possibilitará a explicitação destas alternativas para a formação jurídica”, diz Fernanda. “A construção da proposta para a graduação em Direito está alicerçada no compromisso da UFG com a qualidade na formação universitária”, afirma.

Arquivo pessoal



Fernanda Rezek durante aula no CCG: “Não tratamos de assistência, mas de envolver a comunidade”

O mercado educacional tem nos cursos de Direito uma importante fonte de rendimentos. Para uma instituição pública, como a nossa, a formação não deve ter como finalidade a massificação típica deste mercado

No parto humanizado, a mãe é a protagonista

Amparada em política do Ministério da Saúde, professora da Fisioterapia desenvolve projeto de extensão para garantir a gestantes de Jataí as características naturais e fisiológicas do nascimento

A falta de atenção e de esclarecimentos sobre procedimentos, impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência, submetê-la a procedimentos desnecessários e outras experiências hospitalares afastaram a mãe do protagonismo do próprio parto.

Hoje fala-se em “parto humanizado”, como se, com o tempo, tivéssemos desumanizado o momento do nascimento. Em grande parte, isso é efeito de uma cultura hospitalocêntrica, que propagou a ideia de que o parto em hospital é sempre mais seguro.

“O modelo de assistência à saúde vem de longa data, com a Revolução Industrial. Assim, há um tempo vivemos o paradigma de que o hospital, por ser bem equipado, oferece melhor assistência em todos os níveis, inclusive na assistência ao parto”, diz Thaís Rocha Assis, do Câmpus Jataí.

Por isso é que o Ministério da Saúde (MS) instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, em 2000. O objetivo do governo é reduzir as taxas de morbimortalidade materna e perinatal.

“Esse programa tenta resgatar as características naturais e fisiológicas do nascimento”, diz Thaís, professora da Fisioterapia. “Trata-se de um novo paradigma sobre o papel da mulher e da equipe de saúde durante o trabalho de parto”, explica.

Thaís ressalta, no entanto, que quando os benefícios superam os riscos, no caso de risco para a vida da mãe ou do bebê, por exemplo, a cesárea deve ser empregada. “Isso não descaracteriza a humanização. No entanto, se a cesárea é empregada de forma rotineira e ilimitada é que pode ferir os princípios de humanização propostos pelo SUS”.

A humanização do atendimento implica em garantir ambiente acolhedor para a gestante e parturiente, além da adoção de medidas e procedimentos que evitem práticas intervencionistas desnecessárias.

O MS defende, em seu portal na internet, o parto normal, cuja principal vantagem é o fato de o organismo materno se preparar para o nascimento. “Os hormônios prolactina e ocitocina, produzidos durante o parto, são fundamentais para ajudar a acelerar a produção de leite”, informa o site.

Acompanhamento

É preocupada com a humanização dos partos em Jataí que Thaís pensou no projeto de extensão para orientar mulheres a se prepararem para ser mães, em duas unidades básicas de Saúde da cidade: a do Conjunto Rio Claro e a da Avenida Goiás.

O programa orienta quanto aos tipos de parto, as mudanças no corpo, a importância do aleitamento, cuidados com o recém-nascido e os direitos da mulher no período gestacional e pós-parto. O projeto começa a vigorar este ano.

“No parto humanizado, a parturiente é a protagonista de todo o processo. Ela colabora ativamente e tem liberdade para caminhar ou adotar posições que julgar mais confortáveis desde os primeiros estágios do trabalho de parto até o período expulsivo, como adotar posturas que facilitem o trabalho de parto”, explica a professora.

“O processo é centrado na parturiente e os profissionais de saúde acompanham e oferecem suporte físico e emocional”, completa.

Para Thaís, o parto vaginal é a primeira escolha. “Uma gravidez que progride sem intercorrências deveria ter sua resolução através do parto normal. Caso alguma complicação aconteça no decorrer da gestação ou durante o trabalho de parto a cesárea é indicada. Essas indicações, quando bem observadas, resultam em um parto tranquilo, sem problemas para a mãe e o bebê”, ressalta.

“O parto vaginal, por ser fisiológico e natural, oferece poucos riscos para a mãe e bebê. No entanto, a cesárea, mesmo com maior risco de hemorragia que o parto vaginal, deve ser empregada quando os benefícios superam os riscos”, enfatiza.

SAIBA MAIS

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Seria qualquer ato ou intervenção direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera (que deu à luz recentemente), ou ao seu bebê, praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher ou em desrespeito à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências.

TIPOS DE PARTO

DOMICILIAR

Em casa, recomendado apenas para gestações de baixo risco. O MS recomenda que seja acompanhado por médico ou obstetra.

NA ÁGUA

Parto natural em que a mãe dá à luz em banheira com água morna. Gera conforto e ajuda a aliviar dores. Não é indicado em casos de prematuros, gestantes com diabetes, hepatite B e bebês acima de quatro quilos.

CÓCORAS

Nessa postura (numa cadeira ou banco especial) a força da gravidade facilita a saída do bebê e ajuda a aliviar contrações.

COM FÓRCEPS

No final do parto normal, pode ser usado em situações de emergência ou sofrimento do bebê.

CESÁREA

É indicada para partos de risco, mas o MS alerta que há abuso desse procedimento no Brasil, o que faz com que muitas crianças nasçam prematuras.

NÚMEROS (BRASIL)*

SUS

38,4%
cesarianas

61,6%
parto normal

CONVÊNIOS MÉDICOS

83,08%
cesarianas

16,92%
parto normal

Índice de cesarianas aceitável pela Organização Mundial de Saúde: 15% *Fonte: Ministério da Saúde, 2011.



Cleomar Rocha, professor da FAV, coordenador do Media Lab: o cinema é reinventado, ultrapassando salas e sua relação com o espectador

Cinema: uma prática social

Professor da Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, Phillipe Dubois apresenta o cinema como prática social, abrangendo a cultura, a economia e a tecnologia. Ele abriu o semestre da pós-graduação em Arte e Cultura Visual da FAV

Cleomar Rocha

Bem a vontade, Phillipe Dubois apresentou a um auditório lotado uma tipologia que considera, além do cinema de projeção, as categorias de filme exposto, filme decomposto/recomposto, filme reconstituído e filme materializado, além de discutir o cinema enquanto filme, dispositivo, instituição e as relações poéticas tidas com os espectadores. Dubois deu palestras nos dias 9 e 10 de abril na FAV.

Enquanto o cinema de projeção se baseia nas salas convencionais de exibição, o filme exposto é a prática de exposição do filme em circuitos diferenciados, como em salas de arte e em museus. Já a categoria decomposto/recomposto abriga as variações de exibição de fragmentos do filme, alterando o interesse da narrativa para a plasticidade, em recortes e montagens.

O filme reconstituído diz respeito aos remakes feitos para exibição específica ou documentário, buscando a relação de semelhança com original. Por fim, o filme materializado se organiza a partir de projeções em novas superfícies, em instalações, filmes interativos e hipertextuais.

Essas variações da concepção do filme cinematográfico evidenciam um as-

sento na história da cultura, notadamente da cultura visual e artística. Antes de declarar as pesquisas e produções recentes como uma ruptura do cinema, como defendem alguns teóricos, Dubois se filia a uma concepção historicamente construída, apresentando o cenário contemporâneo como desdobramento da arte cinematográfica.

Este argumento vai de encontro às concepções de um cinema de ruptura, chamado por vezes cinema do futuro, transcinema e cinema interativo ou imersivo, dentre outros. Aqui o cinema é reinventado, ultrapassa salas, dispositivos, linguagens e sua relação com o espectador, fundando uma nova instituição que mesclaria instalações, interatividade, tecnologia e novos modos de ver e fazer cinema.

Para Dubois, essas variantes são classificadas como filme materializado, uma das categorias para o filme fora das salas de cinema convencionais, não representando uma ruptura, mas desdobramentos do cinema, como também o são as demais categorias apresentadas.

O cinema não se restringe ao filme de projeção, é um campo institucional amplo, uma prática social que demanda interesses de várias ordens, notadamente nos estudos da cultura.



Phillipe Dubois e Rosa Berardo durante abertura do semestre da pós em Arte e Cultura Visual da FAV: o cinema não se restringe a filmes de projeção

REESTRUTURAÇÃO

Glacy Antunes dá choque de gestão na Secult municipal

Professora da Emac implanta mudanças na Lei de Incentivo e muda estrutura da pasta

A professora aposentada da Emac Glacy Antunes de Oliveira começou colher os primeiros resultados de seu projeto de reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura (Secult Municipal).

Uma das principais mudanças, desde que assumiu, em janeiro, atende antiga reivindicação da classe artística: um novo edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, mais dinâmico e que priorize o mérito cultural, frente a análise documental.

“Se o projeto for bom, vamos tratar de ajudar o proponente com a documentação”, garante a professora. O novo edital já está pronto e deve ser publicado no primeiro semestre de 2013. “O edital foi melhorado, mais detalhado e abriu possibilidades novas”, afirma Glacy.



Glacy Antunes: choque de gestão

O desafio da professora é fortalecer a Secult perante a classe artística: a secretaria teve credibilidade colocada em xeque devido a denúncias de corrupção de gestões anteriores. A estratégia de Glacy, que já dirigiu a Emac, é ter uma estrutura mais dinâmica de fomento à cultura.

A estrutura da Secult é a mesma desde 1999. Faltam funcionários e uma organização administrativa e financeira funcional. Nem a própria Lei Municipal de Incentivo à Cultura, principal ferramenta de fomento, está inserida no organograma da pasta.

Glacy agora espera o resultado da inserção de Goiânia no Sistema Nacional de Cultura (SNC), o que está prestes a ocorrer. O SNC integra toda as administrações federal, estaduais e municipais em um único sistema que organiza, promove intercâmbio e fomento, e aproxima as gestões do Ministério da Cultura.

Uma vez dentro do SNC, Goiânia deverá ter um Conselho de Políticas Culturais (em substituição ao atual Conselho Municipal de Cultura) e também criará um sistema e um plano municipais de Cultura.

“Isso dará estrutura organizacional à secretaria”, espera Glacy, além, claro, de mais acesso a verbas federais. “Já está tudo organizado para ser publicado no *Diário Oficial* da União, será em breve. A ministra (Marta Suplicy) virá assinar isso com o prefeito Paulo Garcia em Goiânia”, anuncia.

Festival de lançamentos

O **JP** traz 13 livros escritos por docentes da UFG e lançados em abril. Destes, dez são da Coleção Funape, selecionados por edital e publicados pela Editora UFG

COLEÇÃO FUNAPE



Catadores de sucata da indústria cultural

Alice Fátima Martins (Fav)

Tensões da cultura contemporânea, cenários, personagens e o excesso de produtos culturais a partir do universo de fazedores de cinema que produzem em condições precárias.

Projeto de ponte em concreto armado com duas longarinas

Daniel de Lima Araújo (EEC)

Um dos primeiros modelos de pontes a serem ensinados para alunos de Engenharia Civil tem o projeto estrutural detalhado neste livro. Livro-consulta para estudantes e profissionais.



Epopéia em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1779-1838)

Cleber Dias (ex-professor da FEF, hoje na UFMG)

O uso do tempo livre remete aos últimos vinte e cinco anos do século XVIII, quando segmentos das elites brasileiras criam diversões como piqueniques, excursões etc.



Do segundo corpo: investimentos na imaterialidade

Flávia Martins dos Santos (Facomb)
Suely Henrique de Aquino Gomes (Facomb)

Biopoder, lógicas de consumo que regem o corpo, o destino da corporeidade: relações contraditórias estabelecidas pelo corpo numa sociedade cada vez mais conectada em rede.



Formação de professores no curso de Pedagogia: possibilidades curriculares

Sandra Valéria Limonta (FE)

Um discussão sobre políticas educacionais para a formação de professores e para o ensino superior no Brasil, em relação às mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas.

A universidade brasileira: instituição formadora e organização administrada

Aneleyce Teodoro Rodrigues (FEF)

Tese de doutorado da autora questiona o sentido e a finalidade das reformas acadêmicas ocorridas na UFG em 1983 e 2002.



Gente sem sorte: A invenção dos mulatos no Brasil Colonial

Raimundo Agnelo Soares Pessoa (FH)

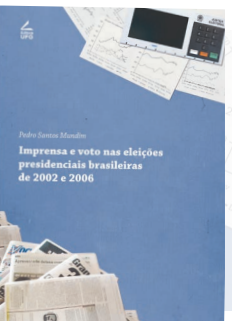
As referências aos mulatos em escritos da época do Brasil colonial. O autor demonstra que estes não eram nem cativos nem homens livres, e era muito difícil sua ascensão social.



Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2006

Pedro Santos Mundim (FCS)

Pesquisas sobre comportamento político e os efeitos da mídia no processo eleitoral brasileiro são analisados pelo autor. Com métodos estatísticos, concilia ciência política e comunicação.



A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização

Tadeu Alencar Arrais (Iesa)

Uma análise do território e de como este é modificado pela economia, urbanização e metropolização; como as transformações na paisagem regional influenciam nosso cotidiano.

Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro

Ana Cristina da Silva (Iesa)

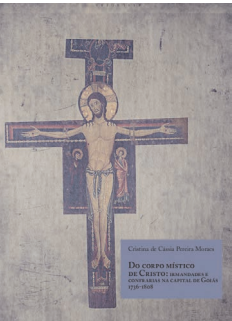
Uma análise sobre o fazer dos geógrafos e como eles pensam sua ação, sobre as fronteiras entre história da geografia e história do pensamento geográfico.



Entrejornadas: coolies, afrodescendentes e a plantation plural de Trinidad

Alexandre Martins de Araújo (FH)

A coexistência de populações sob a tensa atmosfera da construção de estereótipos, políticas de dispersão e guerras de interesse nos jornais locais: o relacionamento entre as comunidades de indianos e afrodescendentes em Trinidad durante o século XIX.



Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capital de Goiás (1736-1808)

Cristina de Cássia Pereira Moraes (FH)

Como a doutrina religiosa do corpo místico de Cristo trouxe formas de sociabilidade para a população estruturada nas associações religiosas. Elos que unificaram irmandades nos Guayazes e as levaram a testemunhar um místico governo.

A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889)

Danilo Rabelo (Cepae)

A história da normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás, no período imperial. Análises de discursos médicos, jurídico, moral e religioso sobre os espaços público e privado, a sujeição dos indivíduos às normas e padrões considerados mais racionais e eficientes.



LANÇADOS NA ADUFG

IRINEU BORGES DO NASCIMENTO

O cabeça do Plano Mauro Borges

Secretário de Planejamento do governador Mauro Borges, professor da Escola de Engenharia é peça fundamental no processo de desenvolvimento do Estado

Arquivo Hélio de Oliveira/reprodução



Irineu dá detalhes do projeto do Centro Administrativo ao presidente Juscelino Kubitschek e ao governador Mauro Borges: modernização

Se hoje o Estado de Goiás é moderno e industrializado, o deve em grande parte a Irineu Borges do Nascimento. Primeiro secretário de Planejamento de Goiás, o professor aposentado da Escola de Engenharia da UFG comandou a Secretaria de Planejamento e Coordenação e presidiu a Superintendência de Obras do Plano Mauro Borges.

Governador responsável pela estruturação do Estado, Mauro, falecido no último dia 29 de março, foi quem deu as bases que integraram Goiás no cenário econômico nacional. Concluiu importantes obras como a rede de rodovias estaduais, a usina de Cachoeira Dourada, a Usina Rochedo, a Saneago, a reestruturação da Celg.

Foi durante seu governo, entre 1961 e 1964, que Goiás viu nascer um Estado forte, com a implantação do

Instituto do Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (Idago), o Consórcio Rodoviário Intermunicipal (Crisa, auxiliar ao Dergo), a Caixa Econômica (Caixego), a Indústria Química e Farmacêutica (Iquego), a Metais de Goiás (Metago), entre outros.

Tudo dentro do planejamento encabeçado pelo professor Irineu. “O Plano de Governo tornou-se meu *Vade Mecum* e tudo começou a viajar, sem riscos, à velocidade imposta pela responsabilidade”, conta o engenheiro em seu livro autobiográfico “Vim de longe... Muito longe”, publicado em 2006 (UCG, 339 páginas).

O convite para comandar a pasta que seria o carro-chefe do Plano Mauro Borges era certo: Irineu já havia proporcionado ao Estado os primeiros passos rumo ao progresso quando chefiou, no início dos anos 50, a Comissão de Estradas de

Rodagem (Cerg), durante o último governo de Pedro Ludovico Teixeira, pai de Mauro.

Irineu também tem proximidade familiar com Pedro: a primeira-dama Dona Gercina Borges era filha de um tio-avô do professor. O professor abandonou o cargo no governo Pedro Ludovico – sua vida profissional é cheia de idas e vindas entre a iniciativa pública e a privada – e tocava obras de infraestrutura da construção de Brasília, pela Novacap, quando recebeu o chamado de Mauro.

“Estou lhe convidando porque lhe conheço bem. Tenho a disposição de dar-lhe todo meu apoio”, relembra a conversa, tida no final de 1960, com o governador eleito. “Como se vê, nossa conversa foi muito leal e franca, somente possível entre um governador e um homem da

planície em razão de nossos laços de parentesco e de amizade consolidada”, conta no livro.

Gargalo

Foram anos de intensas realizações até 1964, desde a expansão das fronteiras econômicas – com a implantação de uma reforma agrária que teve como modelo os kibutz de Israel, que Irineu trouxe para Goiás após visitar aquele país com Mauro – até a consolidação de grandes empresas públicas, como a Metago.

“Minha secretaria funcionava como um gargalo da administração estadual, obrigando-me a um desdobramento de trabalho que não raro chegava às 12 horas ou mais de dedicação (por dia), mas, em momento algum, emperrou a máquina, que esteve sempre azeitada”, relata.

Irineu era braço direito, cabeça e auxiliar da estrita confiança de Mauro. Houve situações em que ele tomou decisões que, mesmo fugindo a suas competências, sempre tiveram o apoio do governador.

“Enquanto as coisas iam acontecendo, como secretário de Planejamento e Coordenação eu estava de antenas ligadas para o afloramento de problemas em qualquer área da administração, sempre buscando cortá-los na raiz ou amenizar o seu impacto, nem que, para tanto, precisasse intervir em assuntos específicos de outras secretarias”, revela.

‘Fui demitido como se fosse um cão sarnento’

O período áureo do crescimento estatal de Goiás durou até 1964, com o golpe militar e a cassação do governador Mauro Borges. “No momento da famigerada intervenção fui demitido deseducadamente, como se eu fosse um cão sarnento”, conta Irineu.

Isso não sem uma frustrada tentativa de resistência: ante a precariedade da Polícia Militar perante o Exército, populares se mobilizaram com armas improvisadas para defender o governador. Na Secretaria de Planejamento um foco de resistência construiu bombas Molotov e granadas de mão.

Mas a pressão se intensificou com perseguições, prisões, sessões de tortura. Irineu chegou a responder a um inquérito policial militar, arquivado mais tarde. “Mauro Borges deixou o governo, apagando-se a chama do ideal que vivicava o Estado de Goiás, e eu fui para a planície que nunca me atemorizou”, diz.



Irineu discursa ao lado de Dona Nízia e Valéria, na homenagem: “incomensurável muito obrigado”

A essa altura, Irineu, como professor licenciado – havia participado da fundação da Escola de Engenharia do Brasil Central e, depois, da Escola de Engenharia da UFG – retorna à universidade. Em 1970, recebe do reitor Farnesi Maciel Neto a tarefa de planejar e instalar o Câmpus Samambaia.

O processo se deu a duras penas: apesar dos planos de expansão da universidade brasileira, os recursos vindos de Brasília eram escassos. Mesmo assim, Irineu conseguiu construir a área básica, para os institutos, além do Colégio de Aplicação.

Homenagem

Para homenagear não só um dos maiores nomes da engenharia e do desenvolvimento do Estado de Goiás, mas o grande amigo e inesquecível professor, a professora da Escola de Engenharia Civil e Engenharia Ambiental da UFG Valéria Troncha inaugurou, em sua casa, em abril passado, a Biblioteca Irineu Borges do Nascimento.

“Ter o meu nome numa biblioteca familiar significa muito, é a perpetuação. A gente tem que dizer ‘muito obrigado’. Nós temos só o ‘muito obrigado’ para pequenos agradecimentos, para médios agradecimentos e para grandes agradecimentos. Rui Barbosa disse que a indigência da nossa língua não permite o muito obrigado em escala. Então coloco aqui a dimensão do meu: é incomensurável”, disse o professor Irineu, aos 89 anos, aplaudido.

Além de Irineu e sua mulher, Dona Nízia, estiveram presentes familiares, o reitor Edward Madureira, o diretor da Escola de Engenharia, Osvaldo Valinote e autoridades estaduais.

BREVE HISTÓRICO

Irineu Borges do Nascimento

- Nasce em Uberaba, em 07 de agosto de 1924
- Cola grau em 1950, em Ouro Preto (MG)
- Casa-se em 1951 com Maria Nízia Borges Bento, sua companheira inseparável
- Em 1961, participa da fundação da Escola de Engenharia da UFG
- Licenciado da UFG, comanda a Secretaria de Planejamento e Coordenação e preside a Superintendência das obras do Plano Mauro Borges (1961 a 1964)
- Retorna à UFG, em 1970, e permanece professor titular até 1991, quando aposenta-se